



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (2ª Versão Corrigida)
(CREDENCIAMENTO)

1. INTRODUÇÃO:

1.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, na maioria, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

1.2. A Lei nº 14.133/2021 dispõe que a descrição da necessidade da contratação deve ser fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Assim, este estudo preliminar objetiva atender os preceitos do inciso XX do art. 6º e art. 18 da Lei n. 14.133/2021, que afirma que o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1.3. Neste sentido, o escopo deste estudo de viabilidade técnica é buscar a forma ideal de contratação que possibilite a utilização eficiente e concentrada dos serviços bancários, correspondentes aos interesses e necessidades do SAAE, em conformidade com as legislações e normas em vigor e nas quantidades e demais condições de execução a serem estabelecidas no corpo desse planejamento.

1.4. Dessa forma, o presente documento tem o intuito de avaliar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

1.2. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1.2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é parte integrante do **Processo Administrativo nº 283/2024** e ficará disponível aos interessados para consulta, assegurando-se, assim, o direito fundamental de acesso à informação em atendimento aos princípios básicos da administração pública.

1.2.2. Do mesmo modo, todo o procedimento licitatório será público, privilegiando-se a transparência e a publicidade, vez que não há necessidade de nenhum documento que compõe o processo ser sigiloso.



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

1.2.3. Este ETP deverá ser o **Anexo I do Termo de Referência**, considerando que este documento servirá de base para sua elaboração.

1.3. ÁREA REQUISITANTE/ RESPONSÁVEL:

1.3.1. Departamento: Gerência Comercial.

1.3.1.1. Responsável: Renato Klipel – Gerente Comercial – Portaria nº 099/2024.

1.4. CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.4.1. A contratação proposta encontra-se alinhada ao Plano Plurianual — PPA e pela Lei Orçamentária Anual – LOA, através das seguintes dotações orçamentária:

- ✓ **Órgão:** 15 – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos;
- ✓ **Unidade:** 15.001 – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos;
- ✓ **Função:** 17 – Saneamento;
- ✓ **Sub Função:** 512 – Saneamento Básico Urbanp;
- ✓ **Programa:** 0036 – Água é Vida;
- ✓ **Projeto/Atividade:** 2144 – Manutenção das Atividades da Coordenação do SAAE;
- ✓ **Despesa:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- ✓ **Desdobramento:** 81.00 – Serviços Bancários.

1.5. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.5.1. O objeto deste ETP é a contratação de Instituição financeira, de qualquer natureza autorizada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação em vigor, para prestação de serviços bancários diversos de **recebimentos de tarifas/taxas e demais receitas**, efetuadas por meio de faturas emitidas pelo SAAE de Vilhena/RO, com código de barra padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências bancárias ou correspondentes bancários, caixas eletrônicos, internet, rede lotérica e afim, com prestação de contas por meio magnético (arquivo retorno) dos valores arrecadados em 01 dia útil após o recebimento.

1.6. NATUREZA DO OBJETO:

1.6.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do Art. 20 da Lei 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste Instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

1.7. PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:

1.7.1. O Contrato decorrente da presente licitação, caso venha a ser celebrado, terá sua vigência observado o disposto no Art. 105 da Lei 14.133/21, que rege:

***Art. 105.** A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

1.7.2. O Contrato a ser firmado terá duração de 1 (um) ano, contado a partir da Ordem de Início dos serviços, podendo ter sua vigência prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até ao limite de 10 (dez) anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, mediante Termo Aditivo e na forma prevista no Art. 106 e Art. 107 da Lei nº 14.133/21¹.

1.7.2.1. Nas hipóteses de prorrogação sucessivas do contrato é permitida a negociação com o CONTRATADO e a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (Art. 106 Inciso III §1º da Lei 14.133/21).

1.7.2.2. O Gestor do Contrato deverá sinalizar à Administração sobre o interesse em uma eventual renovação do contrato ou na condução de uma nova contratação no prazo não inferior a 04 meses de antecedência.

1.7.3. O prazo do contrato se justifica em função da natureza do serviço ser contínuo. Os SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

1.7.3.1. Destarte, a natureza de um serviço continuado é a essencialidade, o atendimento à uma necessidade permanente e contínua assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.

1.7.3.2. Portanto, é imprescindível que o SAAE ofereça aos seus clientes o uso de meios diversos de pagamentos de suas faturas, via agências bancárias, assim como o pagamento a seus fornecedores.

¹<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/106>

<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/114> - Acessado dia 20/09/2024.

MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

1.7.4. O art. 167 da Constituição Federal traz algumas vedações em relação à criação de despesas, como vedação de realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais:

Art. 167. *São vedados:*

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

1.7.4.1. A determinação legal de que os contratos têm sua vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários admite algumas exceções. Estas vêm dispostas nos Artigos 106 ao 114 da Lei nº 14.133/21.

1.7.4.2. A exceção diz respeito aos serviços de natureza contínua, que são aquelas prestações auxiliares e necessárias à Administração no desempenho de suas funções. Tais serviços, se paralisados, podem pôr em risco a continuidade das atividades da Administração Pública.

1.7.4.3. A hipótese diz respeito a contratações que podem se estender por mais de um exercício financeiro, como é o caso da contratação em questão.

1.7.4.4. Dessa forma, a Lei nº 14.133/21, em seu art. 106 e 107, possibilita que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ter vigência máxima de 10 (dez) anos:

Art. 106. *A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:*

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º *A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

§ 2º *Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.*

Art. 107. *Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que*

MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.7.4.5. A doutrina compreende que os ajustes que tenham como objeto serviços de execução continuada podem ser celebrados com prazo de 01 (um) ano com prorrogação limitada a 10 anos.

1.7.4.6. Em caso de não aplicação do prazo padrão de 12 (doze) meses, impõe-se a justificação da adoção desse prazo diferente. Já quando o período é o padrão, dispensa-se a motivação.

1.7.4.5. A decisão por ampliar o prazo de vigência para 05 anos, fundamenta-se no fato de contratações superiores a 12 (doze) meses refletem:

- ✓ Maior garantia para as empresas, ofertando assim preços mais vantajosos para a Administração Pública;
- ✓ Ademais, será mais razoável para a CONTRATADA alcançar o equilíbrio financeiro para atingir a melhor proposta para a licitação;
- ✓ Com esse prazo haverá também a ampliação da competitividade pela economia de escala para a obtenção do preço final;
- ✓ Economia processual em virtude de haver diminuição dos atos processuais de contratação tramitando na administração;
- ✓ Maior dedicação de servidores do SAAE em outros processos.

1.7.4.6. Desta forma, os benefícios advindos com a ampliação da vigência do serviço superam os potenciais riscos gerados. Ademais, a administração pode adotar mecanismos que mitiguem a materialização de tais riscos.

1.7.4.7. Afinal, os serviços em questão são considerados contínuos, porque necessário a necessidade do SAAE de aprimorar seu sistema quanto ao pagamento de suas tarifas e do pagamento a seus fornecedores, podendo ser prorrogados no intuito de manter a vantajosidade da contratação.

1.7.4.8. Neste sentido, visa-se, com o presente prazo, ampliar a economia, com a consequente redução dos valores contratuais.

1.7.5. Considerando a natureza do serviço a ser prestado, entende-se pela não exigência da garantia contratual, visto que os serviços a serem executados não geram riscos quanto a responsabilização subsidiária da administração que venha a trazer comprometimento financeiro para o órgão tomador dos serviços por parte da má execução do contrato pela contratada.



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

1.7.6. Os valores convencionados no contrato poderão reajustados após prazo mínimo de 1 (um) ano (a contar da data do orçamento estimado), respeitando o princípio da anualidade, não podendo haver reajuste, quando da prorrogação do contrato, em período inferior a 12 meses do último reajustamento concedido.

1.7.6.1. O referido reajuste se dará pela variação positiva acumulada, no período, do índice Nacional de Preços ao Consumidor /INPC da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística /IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo.

1.7.6.2. Visto se tratar de processo estimativo, o reajuste deverá ser aplicado tanto ao valor da tarifa quanto ao valor contratual.

1.7.7. Os recursos humanos mínimos necessários para a sustentação do contrato é o gestor do contrato e o fiscal do contrato.

1.7.8. Estratégia de continuidade do Contrato:

1.7.8.1. Na situação de interrupção total do contrato, o sistema de arrecadação do SAAE será diretamente afetado negativamente.

1.7.8.2. Na ausência da empresa contratada, a eficiência e a eficácia dos pagamentos de tarifas ofertados pelo SAAE serão comprometidas.

1.7.8.3. Com o fito de dirimir os impactos negativos de uma possível interrupção contratual, um plano de ação de contingência deverá ser imediatamente executado:

- a)** Reunião emergencial entre a Diretoria Geral e Coordenadores;
- b)** Deliberar sobre o processo de contratação de uma nova empresa especializada;
- c)** Possível aplicação de sanções (Caso a interrupção do contrato seja atribuída à CONTRATADA).

1.8. MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO:

1.8.1. Para a contratação de Instituição Financeira de qualquer natureza (pública ou privada) para arrecadação por meio de faturas com código de barras padrão FEBRABAN , a licitação é INEXIGIVEL, podendo as contratações serem realizadas por meio de **Credenciamento**.

1.9. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:

1.9.1. Os bens/serviços elencados terão como parâmetros as normativas vigentes para as contratações públicas, em geral, bem como aquelas que tratam especificamente a respeito do objeto, sendo:

1.9.1.1. Parâmetros Normativos Gerais para Contratações Públicas:

- ✓ **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, dispõe sobre os princípios básicos que regem as contratações públicas, a exemplo do artigo 37, XXI, que estabelece o princípio da isonomia e a obrigatoriedade de licitação;
- ✓ **Decreto-Lei n. 200/1967**, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;
- ✓ **Lei n. 14.133/2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- ✓ **Decreto Municipal nº 59.677**, que regulamenta, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Vilhena/RO, os procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que “estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios”.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

2.1. Contratação de Instituição Financeira compreendendo:

2.2. Contratação de Instituição financeira pública ou privada, desde que autorizada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação em vigor, para prestação de **serviços bancários de arrecadação de tarifas/taxas e demais receitas, efetuadas por meio de faturas emitidas pelo SAAE de Vilhena/RO, com código de barra padrão FEBRABAN**, por intermédio de suas agências bancárias ou correspondentes bancários, caixas eletrônicos, internet e afins, com prestação de contas por meio magnético (arquivo retorno) dos valores arrecadados em até 03 dias úteis após o recebimento.

2.3. Esta contratação justifica-se devido à proximidade de vencimento dos contratos celebrados entre o SAAE e as Instituições Financeiras, que se referem à prestação de serviços bancários:

- ✓ Contrato com o Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB;
- ✓ Contrato com o Banco da Amazônia S/A;
- ✓ Contrato com a Caixa Econômica Federal;



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

- ✓ Contrato com o Banco Itaú S/A;
- ✓ Contrato com o Banco Cooperativo SICRED S/A;
- ✓ Contrato com o Banco do Brasil S/A.

2.4. O Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE é uma Autarquia autônoma e essencial à função social e política do Município de Vilhena/RO, que possui receitas advindas de arrecadações de tarifas de água e de Resíduos Sólidos e de outras fontes. Os serviços que se pretende contratar tem por objetivo o recebimentos dessas importâncias de modo a garantir a manutenção financeira orçamentária da autarquia.

2.5. Neste contexto, o SAAE deve garantir que essas operações financeiras sejam realizadas de maneira eficiente, transparente e em conformidade com todas as normas legais aplicáveis. Isso envolve não apenas a seleção de uma instituição bancária adequada, mas também a gestão cuidadosa de relacionamentos e contratos para assegurar que os serviços prestados atendam às necessidades específicas do SAAE.

2.6. A instituição bancária escolhida precisa oferecer um sistema robusto e seguro para o processamento dos pagamentos efetuados pelos contribuintes, o que é vital para manter a continuidade e a eficiência das operações do SAAE. Além disso, é fundamental que esta instituição tenha uma sólida reputação de integridade e confiabilidade, uma vez que estará lidando com verbas públicas e informações sensíveis.

2.7. Em resumo, o desafio para o SAAE é encontrar uma instituição bancária que não apenas forneça serviços financeiros eficientes e seguros, mas que também se alinhe com os princípios de transparência, acessibilidade e conformidade legal que são fundamentais para uma instituição pública. A escolha certa nesta área é de suma importância, pois tem impacto direto na eficácia operacional do SAAE e na confiança que a sociedade deposita nesta importante instituição pública.

2.8. A contratação de Instituição Financeira pública e privada para o recebimento das faturas do SAAE se justifica em virtude de oferecer aos clientes do SAAE os mais variados possíveis meios de pagamento a fim de facilitar aos consumidores a efetivação do pagamento.

2.9. A não contratação de Instituição Financeira para pagamento via PIX se justifica por já constar em andamento, no âmbito desta autarquia, processo licitatório próprio, atendendo todos os requisitos legais que dispuserem a lei e demais normas pertinentes, haja vista a necessidade de aprimoramento e modernização do sistema de pagamentos do SAAE para abarcar a tecnologia PIX.

2.10. O SAAE possui fontes de receitas próprias que compõem sua arrecadação, criado pela Lei de nº 832/1997.



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

2.11. A totalidade dessas receitas são recolhidas por meio de fatura de água provenientes de valores arrecadados/movimentados a título de:

- a)** Taxa de fornecimento de água potável;
- b)** Taxa de recolhimento de Resíduos Sólidos;
- c)** Multas e demais Encargos.

2.12. Assim, faz-se necessário buscar no mercado as melhores e mais vantajosas propostas de prestação de serviços bancários que atendam da melhor forma possível a arrecadação e compensação dos recursos financeiros do SAAE.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A manutenção das atividades arrecadatórias do SAAE de Vilhena/RO, visando à facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento aos contribuintes, tendo em vista a sistemática de cobrança bancária determinada pela FEBRABAN e, conseqüentemente, a possível diminuição dos inadimplementos.

3.2. O serviço de arrecadação de receitas públicas, no âmbito desta Autarquia municipal, mostra-se indispensável, visto que o mesmo exige alto grau de disponibilidade dos serviços, e com uma infraestrutura adequada que garantam o bom atendimento, assim como o controle eficaz e segurança nas operações financeiras.

3.3. A contratação de serviços bancários de recolhimento de qualquer tipo de receita, por meio de agências bancárias ou conveniadas, revela-se necessária dada a continuidade da atividade arrecadatória inerente à Administração Pública.

3.4. O SAAE de Vilhena/RO possui competência e capacidade arrecadatória, mas não detém tecnologia ou instrumentos necessários para o recolhimento de suas receitas. Dependem, para a arrecadação, dos serviços executados por instituições financeiras, regulamentadas conforme os padrões determinados pela FEBRABAN e reconhecidas pelo Banco Central do Brasil.

3.5. A contratação em questão viabilizará o recebimento de faturas de serviços prestados à população, propiciará maior comodidade aos clientes do SAAE, atrairá tarifas mais competitivas, gerindo com mais eficiência o volume de recursos que circularem nas operações financeiras da Autarquia, dando agilidade e segurança nos recebimentos e gestão das faturas de arrecadação do SAAE.

3.6. O prazo para o recebimento de valores de transferências realizadas através de boletos/faturas é de em média 03 dias após o período de compensação bancária.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

4.1. O SAAE não dispõe de documento formalizado com a denominação de Plano Anual de Contratações, recomendada pela Lei Federal nº 14.133/2021. Todavia, a autarquia mantém suas contratações alinhadas para garantir a continuidade dos serviços, que estão alinhados dentro das atividades fins.

4.2. A contratação visa atendimento às necessidades dos clientes do SAAE indo ao encontro dos interesses desta Autarquia de aprimorar seus serviços, não apresentando conflito com o Planejamento Estratégico Institucional do SAAE ou com objetivos organizacionais relacionados à gestão das aquisições e contratações.

4.3. Ademais, as dotações orçamentárias para a devida contratação são contempladas pelo Plano Pluri Anual – PPA e pela Lei Orçamentária Anual – LOA.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

5.2. Válido ressaltar que aquele que contrata com o serviço público deve manter todas as qualificações técnicas durante a vigência do contrato sob a pena de cancelamento do contrato e a devida aplicação de sanções.

5.3. Para essa contratação, diversos requisitos precisam ser observados, seguindo os ritos da Lei n. 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos. Estes requisitos abrangem tanto as expectativas e necessidades desta Autarquia quanto às obrigações e capacidades das instituições bancárias. Eles visam garantir não apenas conformidade legal e transparência, mas também eficiência, segurança e adaptabilidade, considerando as necessidades específicas do SAAE e as capacidades das instituições bancárias.

5.3.1. Para o SAAE é essencial:

- I.** Conformidade Legal e Transparência: Garantir que todo o processo de contratação esteja em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando a transparência e a legalidade em todas as etapas.
- II.** Eficiência nos Serviços: Assegurar que a instituição bancária possua a capacidade de processar pagamentos de forma eficiente e segura, tanto para fornecedores quanto para o pagamento de salários dos servidores.

MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

- III. Segurança e Proteção de Dados: Exigir que a instituição bancária tenha sistemas robustos de segurança da informação para proteger dados sensíveis e transações financeiras.
- IV. Acessibilidade e Conveniência: Verificar a disponibilidade de uma rede ampla de agências com uma forte plataforma digital que facilite o acesso aos serviços bancários para o SAAE.
- V. Suporte e Atendimento ao Cliente: Buscar um parceiro que ofereça um bom suporte e atendimento ao cliente, especialmente em situações de dúvidas ou problemas operacionais.
- VI. Comunicação Eficiente: Designar responsável gestor do contratual como ponto focal para responder, por parte, desta Autarquia, questões relacionadas a sua execução e dirimir as demandas sobre sua competência e ainda, informar autoridade competente quando essas demandas alcançarem sua atuação.

5.3.2. Para as Instituições Bancárias, é necessário:

- I. Capacidade Operacional e Técnica:
 - ✓ Demonstrar capacidade operacional para gerenciar grandes volumes de transações financeiras de maneira eficiente e confiável.
 - ✓ Oferecer sistemas de pagamento eficientes para gerenciar o pagamento de fornecedores de forma segura e pontual.
 - ✓ Garantir a implementação de tecnologias avançadas para garantir a segurança dos dados e das transações, cumprindo com as normas de proteção de dados.
 - ✓ Disponibilizar infraestrutura física (agências) e digital (plataformas online e aplicativos) para facilitar o acesso aos serviços por parte desta Autarquia.
- II. Conformidade com Normas de Segurança: Atender aos padrões de segurança de dados e transações financeiras, cumprindo com todas as normas regulatórias pertinentes.
- III. Experiência com Entidades Governamentais: Preferencialmente ter experiência prévia em trabalhar com entidades governamentais, entendendo as especificidades e exigências desse tipo de cliente.
- IV. Propostas Competitivas e Customizáveis: Apresentar propostas que sejam competitivas em termos de custo, mas que também sejam flexíveis o suficiente para se adaptar às necessidades específicas do SAAE.
- V. Adaptação às Mudanças: Capacidade de adaptar-se a mudanças nos requisitos ou nas condições do mercado durante a vigência do contrato.
- VI. Conformidade Legal e Ética:
 - ✓ Compliance: Compromisso com a ética nos negócios, demonstrando transparência e integridade em suas operações.



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

- ✓ Conformidade com a Lei de Licitações: Estrita aderência aos requisitos da Lei n. 14.133/2021, incluindo a participação no processo de licitação de forma justa e transparente.
- VII.** Comunicação Eficiente: Um canal de atendimento tempestivo a fim de não impactar o fluxo processual que envolve as obrigações entre as partes, em especial sobre os lançamentos previstos. Essa comunicação deve prever um ponto focal para atender as necessidades desta Autarquia e estabelecer um acesso direto e oportuno para tratar todas as questões necessárias ao bom andamento contratual.
- VIII.** Suporte e Serviços Adicionais:
 - ✓ Atendimento ao Cliente: Oferecer um serviço de atendimento ao cliente eficiente, com capacidade para resolver rapidamente quaisquer questões ou problemas que possam surgir.
 - ✓ Serviços Customizáveis: Flexibilidade para customizar serviços e atender às necessidades específicas do SAAE, incluindo relatórios personalizados e gestão de contas.

5.4. Estes requisitos são essenciais para garantir que a instituição bancária a ser contratada seja não apenas capaz de fornecer serviços de alta qualidade, mas também de atuar em conformidade com as expectativas e regulamentações específicas relacionadas a contratações públicas. A experiência prévia com esse tipo de contratação é um indicador chave de que o banco está preparado para atender a todas essas exigências.

5.5. Requisitos da Execução do Objeto:

5.5.1. O CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber as suas faturas emitidas, adequadas ao padrão FEBRABAN de arrecadação, com prestação de contas exclusivamente em meio magnético, no (s) canal (is) de atendimento abaixo identificado(s):

- I. Internet Banking;
- II. Rede Lotérica;
- III. Correspondentes Bancários;
- IV. Guichês de Agência;
- V. Caixa Eletrônico.

5.5.1.1. Para os recebimentos realizados nos canais Internet Banking e Auto atendimento fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do cliente/usuário ou recibo próprio emitido pelo canal.

5.5.1.2. Para recebimento realizado no canal Auto atendimento, fica o CONTRATANTE obrigado a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

de conta corrente do cliente/usuário ou recibo próprio emitido pelo canal, em papel impresso.

5.5.1.3. Para os recebimentos realizados nos Correspondentes Bancários, fica o CONTRATANTE obrigado a aceitar como comprovante de pagamento o recibo emitido pelo terminal do atendente, em papel impresso.

- I. Para os recebimentos realizados no canal Correspondente Bancário não há guarda nem entrega ao CONTRATANTE, do documento físico arrecadado.
- II. Os Correspondentes Bancários estão autorizados a receber documentos somente em espécie ou com utilização de cartão de débito em conta.

5.5.2. Os arquivos contendo os registros do movimento de arrecadação são colocados à disposição do CONTRATANTE no primeiro dia útil após a arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando a CONTRATADA, isenta da entrega dos documentos físicos.

5.5.2.1. Em caso de inconsistência no arquivo retorno apontada pelo CONTRATANTE no meio magnético, a CONTRATADA deve manifestar-se no prazo de 48 horas, após o comunicado de inconsistência.

5.5.3. No caso de lançamento de crédito ou débito indevido na conta livre movimentação, cuja origem seja o processo de arrecadação, a CONTRATADA efetuará lançamento de acerto e comunicará ao CONTRATANTE.

5.5.4. A CONTRATADA fica obrigada a prestar informações ao CONTRATANTE relativas aos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores ocorridos em até 180 dias da data da arrecadação.

5.5.4.1. Na caracterização de diferenças nos recebimentos de contas, no prazo previsto acima, cabe ao CONTRATANTE o envio de cópia das contas que originaram a diferença, e respectivos comprovantes de pagamento, para regularização pela CONTRATADA.

5.5.5. Pela prestação dos serviços, o SAAE pagará ao banco a tarifa estabelecida no contrato, ficando o banco autorizado a debitar da conta corrente os valores devidos a título de tarifas, no mesmo prazo da prestação do serviço, obrigando-se o SAAE a manter saldo suficiente na conta corrente para este fim.

5.5.5.1. Caso o SAAE não disponha de saldo na conta corrente ou não possua conta corrente no banco, o valor das tarifas devidas será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado pelo Banco.

5.5.6. O BANCO não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

consignados faturas emitidas pela CONTRATANTE, que serão de responsabilidade exclusiva desta.

5.5.7. O BANCO recusará o recebimento de pagamento dos clientes relativos a documentos de arrecadação que:

- I. Não estejam de acordo com o padrão 20 FEBRABAN,
- II. Não estejam de acordo com os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis e/ou
- III. Contenham emendas ou rasuras.
- IV. O documento de arrecadação for impróprio

6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO:

6.1. No intuito de se obter o quantitativo estimado do objeto deste contrato, extraímos a média móvel/mês das despesas do SAAE com tarifas bancárias nos meses de setembro/2021 à agosto/2024, conforme planilha abaixo:

Mês/Ano	BANCO DO BRASIL	CAIXA	BASA	ITAU	SICREDI	BRADERCO***	BANCOOB
set/21	11.694,25	31.881,41	100,20	434,70	434,70	2.460,16	9.753,84
out/21	12.019,64	32.459,84	97,10	429,87	1.290,13	2.405,60	9.769,02
nov/21	12.724,56	35.450,38	91,80	443,73	1.408,62	1.831,24	9.952,56
dez/21	17.256,14	41.528,06	133,80	589,26	1.539,67	108,10	12.984,42
jan/22	13.167,77	39.078,62	90,10	503,16	927,64		11.615,46
fev/22	13.505,93	33.926,42	87,70	488,46	863,53		10.801,26
mar/22	15.718,12	42.026,28	111,70	548,10	993,62		13.210,74
abr/22	14.861,48	34.797,01	80,00	494,76	911,26		11.630,64
mai/22	15.808,24	39.620,48	94,90	523,95	987,52		12.776,04
jun/22	13.436,16	35.522,38	105,20	524,79	972,58		13.377,72
jul/22	13.916,64	36.511,16	102,10	530,04	981,00		13.507,44
ago/22	15.378,24	38.359,55	100,40	547,05	969,88		14.164,32
set/22	12.750,28	34.032,74	111,20	547,05	941,52		13.329,42
out/22	13.743,24	35.136,51	94,90	517,02	1.001,35		13.140,36
nov/22	14.054,52	34.994,96	79,50	579,60	978,06		13.610,94
dez/22	14.496,44	38.789,60	156,40	676,20	1.025,36		15.053,04
jan/23	12.072,68	37.036,24	104,50	631,89	976,44		14.346,48
fev/23	11.870,96	32.448,42	57,70	591,99	946,50		13.327,84
mar/23	15.484,20	40.839,46	100,40	717,15	1.139,08		16.880,16
abr/23	12.863,88	34.765,18	75,20	552,09	1.037,99		14.469,18
mai/23	15.536,64	38.024,32	88,40	591,99	1.108,28		15.678,18
jun/23	12.938,04	34.545,16	100,90	568,47	1.085,33		15.043,38
jul/23	15.137,76	38.291,86	76,40	625,17	1.169,10		16.551,72
ago/23	15.285,88	36.780,34	100,50	616,14	1.166,25		16.457,88
set/23	12.650,72	32.913,33	81,40	574,98	1.100,77		15.340,08
out/23	12.828,80	31.421,89	76,60	637,35	1.009,34		15.484,98
nov/23	14.102,40	32.630,43	70,60	688,38	1.003,48		16.426,14
dez/23	11.595,32	33.558,58	91,00	683,97	1.113,46		17.655,72
jan/24	13.631,20	32.957,03	124,90	652,89	1.079,39		15.527,76

MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

fev/24	12.826,40	29.991,76	86,20	603,33	1.027,30		15.309,72
mar/24	13.843,80	32.503,12	99,40	678,09	1.141,22		17.570,16
abr/24	14.486,20	33.309,45	117,40	820,05	1.109,69		17.339,70
mai/24	6.413,80	31.954,61	176,50	924,42	1.108,67		17.109,24
jun/24	8.219,60	31.894,60	65,80	1.320,74	1.085,97		16.284,00
jul/24	12.905,40	31.495,60	75,40	1.536,57	1.145,90		16.513,08
ago/24	12.592,32	31.385,40	103,50	3.409,98	1.163,69		12.908,52
Totais	481.817,65	1.262.862,18	3.509,70	25.803,38	37.944,29	6.805,10	514.901,14
Total Geral							2.333.643,44
Total Mensal							64.823,43

6.2. Conforme relatório acima, a média mensal das despesas atual do SAAE com tarifas bancárias é de R\$ 64.823,43 mensais.

6.3. Já para estimar os quantitativos para os próximo 5 anos o presente estudo, foi necessário realizar levantamento da arrecadação bancária por meio de diferentes modalidades de arrecadação, no qual chegou-se a seguinte tabela, conforme estatísticas dos últimos 12 meses, bem como também as quantidades anuais dos últimos 4 anos.

ARRECADAÇÃO BANCÁRIA DOS ULTIMOS 5 ANOS (POR MODALIDADE)							
Ord.	Modalidade	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Débito em Conta	13.336	11.044	6.664	14.214	14.500	15.188
2	Guichê Caixa	16.868	13.972	15.929	7.678	7.550	7.908
3	Terminais de Autoatendimento (ATM)	68.644	99.220	129.956	159.271	177.500	185.921
4	Internet Banking	73.638	87.806	88.966	101.749	102.000	106.839
5	Correspondentes Bancários e/ou Lotéricas	178.615	164.410	148.163	127.070	120.000	125.693
TOTAL ANUAL		351.101	376.452	389.678	409.982	421.550	441.550

6.4. A partir da técnica acima foi feita a projeção de quantitativo para exercício de 2025, com previsão inicial do contrato em Janeiro, conforme demonstrado acima.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

7.1. O levantamento de mercado “consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar”².

7.2. Para a presente contratação, não se vislumbra alternativas além da presente intenção de contratar, uma vez que a arrecadação das importâncias consignadas pelas faturas só podem ser recebidas por meio de instituições bancárias.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

8.1. O objeto deste ETP é a **contratação mediante credenciamento com modalidade seleção a critério de terceiros** de Instituições Bancárias Públicas ou Privadas, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação em vigor, para prestação de serviços bancários de arrecadação conforme especificações e quantidades do quadro a seguir.

OBJETO				
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor
01	Débito em Conta	Unid.	15.188	R\$ 25.147,44
02	Guichê Caixa	Unid.	7.908	R\$ 345.655,75
03	Terminais de Autoatendimento (ATM)	Unid.	185.921	R\$ 394.152,52
04	Internet Banking	Unid.	106.840	R\$ 214.748,40
05	Correspondentes Bancários e/ou Lotéricas	Unid.	125.693	R\$ 325.544,87
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO				R\$ 1.003.397,39

8.1.1. O valor total do objeto compreende o prazo contratual de 5 anos de prestação de serviços e será de **R\$ 1.003.397,39 (um milhão e três mil e trezentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos)** e deverá englobar os serviços de arrecadação conforme a modalidade de recebimento de tarifas/taxas e demais receitas, efetuadas por meio de faturas emitidas pelo SAAE de Vilhena/RO, com código de barra padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências bancárias ou correspondentes bancários, caixas eletrônicos,

² [art. 18, §1º, V](#) da Lei n. 14.133/2021.

internet, rede lotérica e afins, com prestação de contas por meio magnético (arquivo retorno) dos valores arrecadados em 03 dias úteis após o recebimento.

8.2. DA JUSTIFICATIVA DO CONSUMO MENSAL:

8.2.1. Para a presente contratação, foi estimado o consumo mensal conforme estatística por tipo de pagamento do período de Janeiro de 2020 a 26 de Novembro de 2024, considerando o uma médias estimada, com progressão de crescimento anual de 20 mil faturas, conforme **Anexo IV – Quadro Estimativos de Faturas Por Modalidade de Pagamento** e autos no processo, bem como conforme descrito no **item 6.3. deste Estudo Técnico Preliminar**.

8.3. CONSIDERAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO QUANTITATIVOS ESTIMADOS:

8.3.1. Esse levantamento tem caráter meramente estimativo com base em **estatísticas dos últimos 4 anos**.

8.3.2. Para estimar o consumo mensal, foi considerada a proporção anual de crescimento populacional constante no município de Vilhena, e através disso, foi possível identificar uma proporção de crescimento, em média, de 20.000 (vinte mil) faturas por ano, portanto, estimasse para o exercício de 2025 o total de **441.550 faturas**.

8.4. DA ESTIMATIVA DE VALOR:

8.4.1 É estimada para a presente contratação o valor de **R\$ 1.003.397,39 (um milhão e três mil e trezentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos)** referente a uma contratação por **1 ano de prestação ininterrupta de serviços**.

8.5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

8.5.1. Contratação de Instituição Financeira, pública e privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação em vigor, para prestação de serviços bancários diversos por meio de recebimento de faturas emitidas pelo SAAE de Vilhena/RO, com código de barra padrão FEBRABAN, sem inclusão do Sistema PIX, por intermédio de suas agências bancárias ou correspondentes bancários, caixas eletrônicos, internet, rede lotérica e afim, com prestação de contas por meio magnético (arquivo retorno) dos valores arrecadados em até 03 dias úteis após o recebimento, conforme especificado neste estudo.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

09.1. Ao aplicar a regra do princípio do parcelamento dos serviços em geral, deve-se observar os critérios inscritos no art. 47 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.

9.2. Assim, faz-se necessário entender as características do pretense objeto contratual, a fim de indicar a viabilidade técnica e/ou econômica da segmentação da solução.

9.3. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 164, §3º, que as disponibilidades financeiras de Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como as dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, devem ser depositadas em instituições financeiras oficiais.

9.4. Tal imposição foi ratificada pela Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme disposto no caput do art. 43:

Art. 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

9.5. Portanto, é possível afirmar que é nula de pleno direito toda a contratação de instituição financeira não oficial para gestão de disponibilidades de caixa da Administração Pública.

9.6. Por outro lado, não há impedimento para que os órgãos e entidades realizem contratos de prestação de serviços ou contratação de produtos com instituições financeiras, desde que não exijam depósitos de disponibilidade de caixa ou criem regras de execução que favoreçam a instituição privada, em detrimento do patrimônio público.

9.7. Dito isso, resta patente a possibilidade de parcelamento da solução tratada neste documento, ou seja, é possível que haja a divisão dos contratos relativos à prestação de serviços de recebimento de faturas e pagamento de fornecedores com instituições financeiras distintas.

9.8. A contratação de diversas instituições financeiras (parcelada) apresenta oportunidades e vantagens operacionais e financeiras. Portanto, ao avaliar as vantagens e desvantagens

do parcelamento da solução, sugerimos que a pretensa contratação deve ser parcelada, com base no inciso II do art. 47 da Lei n. 14.133/2021, da seguinte forma: Cadastramento de Instituições Financeiras, pública e privada, para operacionalização dos pagamentos dos contribuintes e operacionalização dos recebimentos de faturas – aberto à participação de instituições financeiras oficiais e privadas.

9.9. Portanto, a divisão em itens específicos, abertos à participação de bancos oficiais e privados para operacionalização dos pagamentos de contribuintes e operacionalização dos recebimentos de faturas, e restrição a bancos oficiais para a gestão de disponibilidades de caixa e outras operações financeiras, visa ampliar a competição e otimizar recursos.

9.10. Esta abordagem reflete o compromisso com a transparência, eficiência, e a busca por soluções que atendam às necessidades do SAAE enquanto aderem rigorosamente às diretrizes do Tribunal de Contas e à legislação vigente, superando desafios históricos de certames desertos ou fracassados e alinhando se aos princípios da Administração Pública.

9.11. O objeto do contrato deverá ser adjudicado apenas a Instituição Financeira Bancária, após a verificação da oferta das tarifas mais vantajosa para a contratante, não sendo exclusiva a prestação do serviços contratados, estando a demanda selecionada a critério de terceiros.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

10.1. Este estudo busca viabilizar o recebimento de faturas de serviços prestados à população e o pagamento aos fornecedores.

10.2. Com a contratação relacionada a este processo, espera-se, como produto final, a contratação de instituição financeira, pública e privada, nos termos da legislação em vigor, para contratação de serviços de natureza continuada de arrecadação, para o recebimento das faturas e demais receitas desta Autarquia e o pagamento a seus fornecedores.

10.3. O credenciamento de várias instituições bancárias, pelo valor consignado via chamamento público, proporcionará aos clientes diversos canais e condições para realização dos pagamentos das faturas desta Autarquia.

10.4. Proporcionará, também, mais eficiência, agilidade e segurança nos recebimentos e gestão de faturas de arrecadação desta Autarquia.

10.5. Na elaboração do demonstrativo dos resultados pretendidos com a contratação de serviços bancários, consideramos, ainda, os seguintes aspectos:

a) Economicidade:

MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

- ✓ Redução de Custos: Estimativa de economia em custos operacionais e de transação, decorrentes de tarifas bancárias mais competitivas e eficiência na gestão de pagamentos.
- ✓ Otimização de Recursos Financeiros: Melhor aproveitamento do orçamento através de serviços mais eficientes e custo-benefício favorável.

b) Eficiência Operacional:

- ✓ Agilidade nos Processos: Tempo reduzido para transações financeiras, incluindo pagamentos a fornecedores, resultando em maior eficiência operacional.
- ✓ Automatização de Tarefas: Implementação de sistemas automatizados para processamento de pagamentos, minimizando erros e reduzindo a necessidade de intervenção manual.

c) Melhoria na Gestão de Recursos Humanos:

- ✓ Redução de Carga de Trabalho: Diminuição da carga de trabalho manual associada à gestão de pagamentos, bem como a gestão contratual, permitindo que os servidores se concentrem em tarefas de maior valor.
- ✓ Capacitação e Desenvolvimento: Oportunidades de capacitação para os servidores em novos sistemas e tecnologias bancárias.

d) Gestão de Recursos Materiais:

- ✓ Redução de Papel e Materiais de Escritório: Menor uso de papel e suprimentos de escritório devido à digitalização dos processos bancários.
- ✓ Uso Eficiente de Espaço Físico: Menor necessidade de espaço para arquivamento de documentos financeiros devido à digitalização.

Com base nas informações é possível destacar como a contratação planejada de serviços bancários pode trazer benefícios significativos em termos de economicidade e eficiência, alinhando o uso de recursos humanos, materiais e financeiros com os objetivos estratégicos do SAAE de Vilhena/RO.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. Até o presente momento não se verifica providência adicional a ser tomada que não tenha sido discriminada neste documento.

11.2. Para sustentação do contrato é necessário manter equipe definida das áreas envolvidas a fim de resguardar a troca de comunicação e informações necessárias a regular execução do serviço a ser prestado.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

12.1. Não se vislumbra contratações correlatas ou interdependentes a do presente estudo.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

13.1. O impacto ambiental é resultado de qualquer modificação, positiva ou negativa, que é causada pela ação do homem no meio ambiente. Tais impactos, como o descarte incorreto de vasilhames plásticos, resíduos e outros podem causar a degradação do solo, poluição dos rios e do ar e a destruição da flora e fauna.

13.2. Para diminuir os efeitos causados no meio ambiente é preciso implantar políticas de proteção ambiental e promover ações que tragam como resultado a sustentabilidade ambiental.

13.3. Nas licitações as ações e soluções sustentáveis buscam integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo), com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos, de modo que, a promoção de ações nos processos de contratações visa contribuir para reduzir possíveis impactos ambientais, permitindo o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferecer o maior número de benefícios para o meio ambiente e a sociedade.

13.4. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade abaixo discriminadas, quando couber:

- a)** Que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de suas atividades;
- b)** A CONTRATADA deve primar pela utilização de equipamentos que atendam a critérios de maior eficiência energética, redução de ruído e menor degradação ao meio ambiente;
- c)** A CONTRATADA deve proceder à separação dos resíduos recicláveis descartados de forma seletiva, de acordo com a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos (Caso haja este tipo de coleta implantado em seu município);
- d)** Observar a Logística Reversa no descarte de seus produtos (Quando couber).

14.5. Devem, ainda, observar as seguintes práticas de sustentabilidade:

a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo;

b) Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos Artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988 e ao Artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

14.1. A solução apontada irá atender às necessidades registradas nesse Estudo Técnico Preliminar de forma a disponibilizar condições necessárias para gerir com mais eficiência o volume de recursos que circular nas operações financeiras da Autarquia, especificamente, a gestão de recebimentos de faturas, proporcionando mais agilidade e segurança nos recebimentos e gestão das faturas de arrecadação do SAAE.

15. NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL COM TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS:

15.1 Não se aplica à contratação.

16. ANÁLISE E GERENCIAMENTO DE RISCOS:

16.1. Risco 1 - Estimativa inadequada da quantidade de produtos ou serviços.

16.1.1. Danos potenciais: Deficiência nos cálculos dos quantitativos e não atendimento total da necessidade que gerou o processo.

16.1.2. Ação mitigadora: Verificar a quantidade de produtos ou serviços necessários e incluir uma margem para possíveis imprevistos.

16.2. Risco 2 – Deficiência na especificação dos itens.

16.2.1. Danos potenciais: Impossibilidade de atender as demandas e deficiência na execução dos serviços.

16.2.2. Ação mitigatória: Verificar as necessidades de todos os setores e realizar um levantamento correto dos serviços necessários para atendê-los.

16.3. Risco 3 – O valor da contratação estar superdimensionado ou acima do valor comumente praticado no mercado.



MUNICÍPIO DE VILHENA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS
GERÊNCIA COMERCIAL

16.3.1. Danos potenciais: Gastos desnecessariamente elevados e prejuízos para a Autarquia.

16.3.2. Ação mitigatória: Realizar a contratação por meio de Pregão Eletrônico, possibilitando uma ampla concorrência entre todos os potenciais fornecedores do país.

16.4. Risco 4 – A contratada executar os serviços de forma ineficiente.

16.4.1. Danos potenciais: Não alcance dos objetos integrais com a devida contratação.

16.4.2. Ação mitigatória: Constar no Termo de Referência e no Edital a devida forma de execução dos serviços e os deveres e obrigações da CONTRATADA.

17. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

17.1. Com base nos elementos apresentados neste estudo, considera-se que a contratação é viável, visto que está de acordo com as normas vigentes e há grande chance de realizarmos a licitação com sucesso.

17.2. A contratação também é viável e necessária e encontra-se dentro da previsão de despesas desta Autarquia, sendo considerada a melhor solução.

17.3. A contratação é viável ainda porque não há restrições quanto às especificações **do objeto**, os quais possuem amplo mercado de oferta com vários fornecedores.

17.4. Portanto, declaramos viável e razoável a devida contratação, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses desta Autarquia.

17.5. A melhor opção é o chamamento público a fim de credenciar instituições bancárias de forma que a seleção será a critério de terceiros, conforme preços estabelecidos e estimados por contratações correlatas da Administração Pública.

18. RESPONSÁVEIS:

18.1. O presente estudo foi redigido com base nas informações fornecidas de inteira responsabilidade de Renato Klipel – Gerente Comercial e aprovado por Ricardo de Lima – Diretor Geral do SAAE – Decreto nº 62.450/2024.

Vilhena/RO, 20 de fevereiro de 2025.

Ricardo de Lima – Diretor Geral - Decreto nº 62.450/2024

Renato Klipel - Gerente Comercial - Portaria nº 099/2024

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:
<https://vilhena.oxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=4bbbd603-804a-462e-9b07-9d3e659945bd>



Assinado por: LEONARDO REIS SANTOS 20/02/2025 14:36:38
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE